

ANAIS ELETRÔNICOS DA I CIEGESI / I ENCONTRO CIENTÍFICO DO PNAP/UEG

22-23 de Junho de 2012 - Goiânia, Goiás.

O PROERD COMO POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

MELO, Joel da Silva¹
CAMPOS, Valter Gomes²

RESUMO

O uso de drogas, proibidas ou não, por crianças e adolescentes é um fator gerador de violência. Sendo assim, políticas públicas voltadas para o público frequentador das escolas são extremamente necessárias e pertinentes porque visam à prevenção da criminalidade e contribuem para o desenvolvimento de uma vida segura em comunidade. Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar os impactos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD na Política Pública sobre Drogas no Município de Águas Lindas de Goiás. A pesquisa é de natureza qualitativa baseando-se em pesquisa bibliográfica. Como técnicas de coletas de dados foram utilizadas o questionário – como pesquisa com dados quantitativos, no entanto, preocupada com a abordagem qualitativa de análise – e documentos. Na análise dos resultados foi utilizada a análise do conteúdo. Os resultados evidenciaram que o PROERD tem sido um instrumento eficaz na prevenção ao uso de drogas e combate à violência no município pesquisado.

Palavras-Chave: Drogas. Violência. PROERD. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o uso de drogas por crianças e adolescentes e a sua relação com o aumento dos índices de violência chegou a um ponto onde se

1 Graduado em história, aluno do curso de Gestão Pública Municipal da UnUEAD/UEG, joel_historia@hotmail.com

2 Mestre em Educação, Graduado em Teologia e Letras, especialista em Políticas Públicas e Gestão Universitária. Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG). valtergc1@hotmail.com

faz necessário que o poder público tome algumas medidas que minorem a situação. Já é pacífico que a repressão policial não está atingindo a eficiência esperada. Este não é mais um problema das grandes cidades, as pequenas e médias também já compartilham esta problemática. Essa situação atrapalha o desenvolvimento local, levando a sociedade a arcar com prejuízos sociais e econômicos. Por esse motivo, a comunidade deve responder tornando-se atuante, como exemplo, nos conselhos de segurança, órgãos governamentais de combate às drogas, os quais agem reivindicando ações de seus governantes, participando de assembleias e dando ideias para a melhor solução deste problema (FRANZEN, 2004).

A prevenção é um dos instrumentos no combate ao uso de drogas. A Política Nacional sobre Drogas, aprovada em 2005 pelo Conselho Nacional Antidrogas, argumenta que a efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal “fundamentada na filosofia da ‘responsabilidade compartilhada’, com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde” (BRASIL, 2005, texto digital).

Nesta perspectiva e diante do aumento do consumo de drogas, as permitidas ou não, entre crianças e adolescentes em idade escolar, torna-se necessário um trabalho efetivo e contínuo de prevenção ao uso de drogas entre os jovens que ainda não tenham tido contato com tais substâncias.

Em Goiás, especificamente Águas Lindas, assim como em outras cidades do Brasil, isso vem sendo realizado por meio de parcerias entre o setor público e organizações da sociedade civil, bem como de programas, dentre os quais se destaca o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).

O PROERD é um programa que consiste em uma ação conjunta entre as Polícias Militares, Escolas e Famílias, no sentido de prevenir o abuso de drogas e a violência entre estudantes, bem como ajudá-los a reconhecer as pressões e as influências diárias que contribuem ao uso de drogas e à prática de violência, desenvolvendo habilidades para resisti-las.

Jean Blin (2005, p.8) destaca que “a prevenção da violência na escola diz respeito a todos nós: crianças, jovens e pais, atores e responsáveis pelo sistema educacional, e também aos representantes dos poderes públicos”. É nessa linha de ação que o PROERD atua, com o objetivo trabalhar a prevenção, ensinando os estudantes a tomarem decisões corretas, evitando assim, a necessidade de repressão, bem mais prejudicial e cara para a comunidade.

Com base nesse pressuposto surge a questão central dessa pesquisa: como e em que medida o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) tem contribuído com a Política Pública sobre Drogas no Município de Águas Lindas de Goiás?

Dentro desta problemática, este artigo objetiva identificar e analisar os impactos do PROERD na Política Pública sobre Drogas no Município de Águas Lindas de Goiás, analisando seus objetivos, sua inserção na Política Nacional sobre Drogas e sua área de atuação. É interesse também analisar como este Programa influencia na formação para a cidadania e nas relações interpessoais entre aqueles que dele participam.

Para alcançar os objetivos propostos realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativa, adotando como técnica de coleta de dados o questionário – com enfoque na abordagem qualitativa de análise – além de consultas a documentos visando conhecer de que forma o Programa funciona e como ele é capaz de produzir mudanças positivas na comunidade.

2 O PROERD COMO POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA

Política Pública pode ser entendida como o conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado de forma direta ou indireta visando o bem coletivo. Souza (2006) diz que as políticas públicas na sua essência estão ligadas fortemente ao Estado, o qual determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos, como o dinheiro - sob a forma de impostos - deve ser acumulado e como este deve ser investido, efetuando ao final a prestação de contas pública referente ao dinheiro gasto em favor da sociedade.

O Estado tem que tratar das necessidades da sociedade com ações planejadas, levando em consideração que estas são complexas, pois trazem consigo medidas que afetam a qualidade de vida das pessoas. Rua (2009, p. 19) sustenta que políticas públicas “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”.

Para Rua (2009, p. 21) “é importante desenvolver a compreensão de que as políticas públicas são resultantes da atividade política e que esta consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade”. O processo de formulação de uma política se dá através de um ciclo onde primeiro visualiza-se o problema, formulam-se alternativas e toma-se uma decisão, colocando-se em prática as decisões, monitorando-as, e avaliando o resultado de sua implementação.

No primeiro momento, forma-se uma agenda de discussão onde acontece a inclusão da demanda social na lista de prioridades do poder público. Nesse contexto atuam as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. Esses grupos são as associações de classe, pesquisadores, grupos religiosos, funcionários públicos, dentre outros; grupos de interesses que disputam para influenciar a tomada de decisões. Com a determinação das possíveis alternativas e a escolha daquela mais

conveniente, a execução se dá através de ações destinadas a atingir os objetivos estabelecidos pela política, onde as intenções se tornam realidade. Concomitantemente, ocorre o acompanhamento que se materializa com a supervisão da execução das atividades. Assim, com o acompanhamento do projeto, a avaliação é imprescindível a fim de que ocorram possíveis correções, garantindo o alcance dos objetivos.

Dessa forma, o ciclo de políticas, apesar de se encontrar em um ambiente de grandes controvérsias e de interesses diversos, deve ser caracterizado como ato contínuo que visa nortear as ações de governo levando o Estado a planejar suas ações. O ciclo é importante, pois oferece instrumentos para uma análise crítica da trajetória de políticas e programas governamentais.

2.1 Drogas

Em todo o mundo diversos programas são idealizados para que as pessoas estejam prevenidas contra o uso de drogas. Mas, infelizmente, muitos também são aqueles que têm usado de muitos subterfúgios para que elas sejam consumidas em larga escala, tanto por jovens, como por crianças e adolescentes. O resultado disso é que milhares de pessoas estão consumindo cada vez mais drogas e ao mesmo tempo se destruindo.

Ao se analisar o termo drogas, a Organização Mundial da Saúde – OMS (*apud* CARLINI *et al*, 1997, p. 42), define esse elemento como “qualquer entidade química ou mistura de entidades (mas outras que não aquelas necessárias para a manutenção da saúde, como exemplo, água e oxigênio), que alteram a função biológica e possivelmente a sua estrutura”.

Atualmente a medicina define droga como sendo qualquer substância que é capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento (CEBRID, 2004). Nos dias atuais, o termo droga passou aos poucos a designar substâncias tóxicas que produzem

alterações psíquicas ou de comportamentos pelos efeitos produzidos no sistema nervoso central. Em geral, para quem as usa, levam a uma sensação de prazeres tais como sedação, excitação, alucinação e volúpia. Mas a realidade é que essas sensações alteram a percepção, a inteligência, a memória, o raciocínio e o autocontrole.

As drogas também recebem a seguinte classificação:

a. Drogas lícitas: aquelas cuja venda não é proibida, ou seja, são permitidas às pessoas adultas, contudo são proibidas em casos específicos regulamentados por leis, como cigarros e bebidas alcoólicas e os remédios considerados “controlados” pela medicina, ou seja, para que sejam adquiridos será necessária a apresentação de prescrição médica.

b. Drogas ilícitas: são comercializadas e usadas ilegalmente, isto é, não podem ser usadas e nem vendidas, e as pessoas que comercializam este tipo de material podem fazer parte de uma rede de tráfico de drogas, estado sujeitas a penalidades. As drogas ilícitas mais conhecidas no Brasil são: maconha, heroína, *crack*, LSD, *ecstasy*, morfina, merla, etc.

2.2 As Drogas no Contexto Escolar

De acordo com o VI Levantamento Nacional de 2010, efetuado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), entre alunos do ensino fundamental e médio da rede pública nas capitais brasileiras, 9,9% dos consultados responderam que utilizaram algum tipo de droga ilícita nos 12 meses anteriores à pesquisa e 24,2% afirmaram já ter feito uso de drogas pelo menos uma vez na vida.

Diante dessa triste realidade, muitas campanhas e programas de combate às drogas, entre escolares, têm sido desenvolvidos, visando uma maior conscientização quanto ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas. Conscientizar

os alunos sobre as drogas tornou-se uma necessidade não só das famílias, mas principalmente das escolas.

Pesquisas realizadas pelo CEBRID demonstram que é de grande importância que o desenvolvimento de políticas públicas e ações de prevenção ao uso de drogas entrem no contexto escolar, pois se verifica que o uso de drogas nas escolas é um assunto muito amplo, que exige uma investigação também ampla e criteriosa para se chegar a resultados realmente significativos.

Atualmente, tem-se utilizado diversas estratégias a fim de levar aos adolescentes informações corretas no que diz respeito às consequências sobre o uso/abuso de drogas. Pais e professores devem, no entanto, por meio de orientação segura e sem nenhum alarde, criar as condições necessárias para que o adolescente se torne resistente aos assédios de pessoas que se dizem amigos, mas, que na realidade, estão a serviço de traficantes.

Siqueira (1993) orienta que se deve observar que os traficantes hoje, sabedores que é nesta fase que se consegue o dependente químico certo de amanhã, estão levando para o mundo das drogas meninos e meninas de até nove anos de idade. Portanto, não é exagero iniciar o quanto antes a conscientização.

A Lei Federal 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, destacando a importância da escola no processo de prevenção ao uso indevido de drogas orienta:

Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

X – o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;

XI – a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas.

Vale ressaltar que, assim como a escola, a família tem um papel de grande responsabilidade no processo de combate as drogas. Sanchez (1982)

comenta que em vários momentos os próprios pais ou familiares falham no processo de educação de seus filhos, quando, por exemplo, lhes pedem para comprar cigarros e bebidas alcoólicas, mesmo sabendo que existem leis que proíbem a venda destes produtos para crianças e adolescentes.

Na mesma linha, Constantino (2007, p.4) ressalta que a vida nas drogas inicia, normalmente, com o cigarro e o álcool, depois a maconha “Daí, para as drogas mais pesadas, é um pulo”, comenta o autor.

Tiba (2002) alerta que são graves as alterações apresentadas pelos alunos em razão do uso de drogas, sejam elas quais forem. Quando um aluno chega drogado à sala de aula, é porque já se droga em casa ou está prestes a fazê-lo. Se os pais ainda não perceberam a situação, pode ser que ele esteja utilizando a droga quando não há ninguém em casa ou dentro do próprio quarto, a portas fechadas, escondido da família. Assim, quando notam alguma alteração de comportamento, os professores têm a obrigação de comunicar o fato aos canais competentes, sejam os pais, o diretor, o coordenador ou orientador, pois, resolver o problema não é responsabilidade deles, nem sequer investigar o motivo da alteração. Essa não é sua função em classe, cabe a eles levarem o problema aos responsáveis pelo aluno e compete à família tomar providências necessárias para resolvê-lo. De acordo com Tiba (2002), é num período conturbado, repleto de angústia, dúvidas e incertezas que o adolescente passa por crises e conflitos e é sabido que a influência da amizade é muito importante nessa fase.

2.3 A Política Nacional sobre Drogas

A participação direta da sociedade junto ao Poder Público no processo de construção de políticas públicas é de grande importância, pois fortalece a democracia. Roberts (2004 apud SALM, 2007, p. 233) analisa essa forma de associação como sendo:

O processo por meio do qual membros de uma sociedade (aqueles que não estão ocupando posições oficiais ou administrativas no governo) compartilham poder com os agentes públicos na tomada de decisões substanciais e na implementação de ações relacionadas à comunidade. O foco está na participação direta (quando os cidadãos estão pessoalmente envolvidos e ativamente engajados) em detrimento da participação indireta (quando cidadãos elegem outros para representá-los) no processo de decisão.

Dentro desse contexto, partindo do pressuposto que todos da comunidade devem participar ativamente do processo decisório das questões que a envolve, surge um problema – que tanto atormenta a sociedade – a ser discutido e combatido por todos, que é o avanço da violência relacionada ao uso de drogas. O consumo de drogas lícitas ou ilícitas tem iniciado cada vez mais cedo por crianças e adolescentes, sobre essa questão Constantino (2007. p. 3) comenta:

[...] Hoje em dia, os adolescentes entram no mundo da drogadição por volta dos 12 anos e a maior influência é o grupo de amigos. "Trabalhamos com adolescentes de 9 a 14 anos, pois é nessa fase que eles começam a descobrir a vida e também o mundo das drogas. Mostramos para eles o mal que o vício faz".

O uso de drogas é um problema grave que afeta a sociedade em nível mundial, principalmente, países em desenvolvimento, estando muitas vezes, relacionado com as condições socioeconômicas do indivíduo e com a desestruturação familiar.

No Brasil, bem como em qualquer parte do mundo, o uso de drogas está associado à pobreza e à miséria. No entanto, o uso indevido de drogas não é uma realidade apenas das classes menos favorecidas, mas, também, entre os jovens das classes média e alta.

2.3.1 Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas

O Conselho Nacional Antidrogas– CONAD aprovou, em 2005, uma resolução instituindo a Política Nacional sobre Drogas. Parte dos objetivos dessa política é conscientizar a sociedade sobre os prejuízos sociais e as implicações

negativas representadas pelo uso indevido de drogas e suas consequências. Outro objetivo é educar, informar, capacitar e formar pessoas em todos os segmentos sociais para a ação efetiva e eficaz de redução da demanda, da oferta e de danos, fundamentada em conhecimentos científicos validados e em experiências bem-sucedidas, adequadas à nossa realidade. De acordo com a resolução, são pressupostos da política:

Buscar, incessantemente, atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas; buscar a conscientização do usuário e da sociedade em geral de que o uso de drogas ilícitas alimenta as atividades e organizações criminosas, que têm, no narcotráfico, sua principal fonte de recursos financeiros. Priorizar a prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade; garantir, incentivar e articular, por intermédio do Conselho Nacional Antidrogas – Conad –, o desenvolvimento de estratégias de planejamento e avaliação nas políticas de educação, assistência social, saúde e segurança pública, em todos os campos relacionados às drogas; fundamentar, no princípio da responsabilidade compartilhada, a coordenação de esforços entre os diversos segmentos do governo e da sociedade, em todos os níveis, buscando efetividade e sinergia no resultado das ações, no sentido de obter redução da oferta e do consumo de drogas, do custo social a elas relacionado e das consequências adversas do uso e do tráfico de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas. (CONAD, 2005).

O papel da prevenção no combate às drogas é de extrema importância e tem sido o grande mote da política sobre drogas, pois busca desestimular o uso inicial de drogas, incentivando a diminuição do consumo e diminuindo os riscos e danos associados ao seu uso indevido. É nesse contexto que se insere o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) na Política Nacional sobre Drogas, que em seu texto esclarece que as ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e na pluralidade cultural, orientando-se para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica e à valorização das relações familiares, considerando seus diferentes modelos.

É consenso entre todos que discutem o problema das drogas que o melhor remédio é a prevenção, que quanto mais cedo acontecer, alcançará melhores resultados. Dessa forma, a escola é o ambiente propício para que as políticas públicas sejam levadas a termo. De acordo com Vizzolto (1992, p. 78):

A prevenção é a estratégia mais eficaz para o problema do abuso e uso indevido de drogas [...] a escola é a instituição que promove a educação e que possui maiores condições de executar um programa de prevenção, pois retém a clientela de maior risco, ou seja, crianças, adolescentes e jovens.

O objetivo da prevenção é evitar que o uso de drogas se instale ou procurar ao máximo retardar o seu início, ou seja, atuar antes que haja início do uso da droga. A prevenção deve ser iniciada já na infância, associada a um quadro mais amplo de educação para a saúde e deve contar com o apoio de pais e professores, os “educadores naturais” (BUCHER apud RIBEIRO, 2005, p. 56). De acordo com Albertani (2004, p. 132-133):

As atividades de prevenção na infância devem ser criativas, munidas de diversas atividades para propiciar a aquisição de habilidades e experiências que tenham efeito protetor. Com jovens e adultos ela precisa voltar-se à conscientização e sensibilização diante de sua existência e, em consequência, à responsabilidade de suas escolhas.

Segundo Santander (2003), as ações educativas e preventivas estão direcionadas a três eixos, considerados como instâncias fundamentais para a socialização do indivíduo: a escola, a família e a comunidade. A chance de um jovem entrar em contato com drogas é muito grande. A melhor prevenção, portanto, é dar formação ao filho para que tenha força de enfrentar as mais diversas situações ao longo de sua vida (TIBA, 2002).

2.4 O PROERD

O Programa é uma adaptação brasileira daquele criado nos Estados Unidos. Em 1983, o Departamento de Polícia de Los Angeles – EUA, após a realização de estudos acerca de dados estatísticos de ocorrências de uso e

tráfico de drogas entre crianças e adolescentes daquela cidade, chegou à conclusão de que a atividade repressiva da força policial não estava atingindo a eficiência esperada. A partir deste momento, o Departamento de Polícia, juntamente com o Distrito Escolar de Los Angeles, criou, sob a supervisão e coordenação da pedagoga Ruth Rich, o DARE (*Drugs Abuse Resistance Education*), utilizando material didático adequado à realidade das crianças da faixa etária de 9 a 12 anos de idade (CONSTANTINO, 2007).

Atualmente, 60 países do mundo aplicam o programa, sob os mais variados nomes, todos baseados no modelo norte-americano e utilizando material didático com algumas modificações adaptadas à realidade dos diferentes países. Anualmente são formadas cerca de 30 milhões de crianças em todo o mundo. O DARE chegou ao Brasil em 1992 no Estado do Rio de Janeiro, com o nome PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Já no Estado de Goiás o Programa foi iniciado em 1998.

Conhecendo o problema das drogas e suas consequências, a sociedade junto com a Administração Pública tem que reagir. Diante do aumento do consumo de drogas permitidas ou não, por crianças e adolescentes em idade escolar e, visando desenvolver um trabalho efetivo de prevenção, principalmente com os jovens que ainda não são considerados usuários, é que foi implantado no município de Águas Lindas de Goiás a partir de 2002 o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência). Essa iniciativa consiste em um esforço cooperativo da Polícia Militar, por meio dos policiais formados pelo Programa, educadores, pais e comunidade para oferecer atividades educacionais em sala de aula, a fim de prevenir ou reduzir o uso de drogas e a violência entre crianças e adolescentes.

O PROERD é um programa de caráter preventivo, sem fins lucrativos, religiosos ou políticos, voltado para crianças do ensino fundamental e desenvolvido no Brasil pelas Polícias Militares. Atualmente, o PROERD é

desenvolvido em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Sua missão primeira é de educar as crianças no seu *habitat*, reunindo esforços da família, da polícia e da escola, para fortalecer a autoestima da criança e apresentar sempre um modelo positivo de vida. O programa consiste em 10 lições, com aulas uma vez por semana, aplicadas ao longo do semestre letivo. As aulas são ministradas por policiais militares fardados e desarmados e acompanhadas pelos professores responsáveis pela turma. São utilizados diversos recursos para a interação com os alunos, dentre eles, vídeos, canções, peças teatrais e brincadeiras. Ao final do programa, é realizada uma solenidade de formatura, com a presença dos pais, professores e representantes da comunidade, onde os alunos recebem um certificado de participação e fazem um juramento se comprometendo a ficar longe das drogas e da violência.

No ano de 2011, o PROERD atendeu no Estado de Goiás 60.433 alunos, a partir de trabalhos desenvolvidos em 1.015 escolas. Ainda no ano de 2011 uma conquista importante do PROERD foi alcançar a marca de um milhão de crianças atendidas com o programa. No caso específico de Águas Lindas de Goiás o programa é aplicado desde 2002, sendo que a estimativa é de aproximadamente 3.200 alunos formados a cada ano.

O Programa oferece estratégias preventivas para reforçar os fatores de proteção, em especial referente à família, escola e comunidade, que favorecem o desenvolvimento de resistência em jovens que poderiam correr o risco de se envolverem com drogas e problemas de comportamento (OLIVEIRA, 2008).

Segundo Siqueira (1993), pesquisadores identificaram fatores sociais e protetores ligados à família, escola e comunidade, que favorecem o desenvolvimento da resistência nos jovens e a capacidade de crescerem de forma independente e saudável.

Constantino (2007, p. 4) afirma que os

[...] policiais militares que desenvolvem esse programa educacional atuam de forma voluntária, por entenderem que a educação ainda é o

melhor caminho para se obter sucesso na formação da personalidade de nossos jovens, e, dessa forma, contribuir com um pouco do seu tempo, para prevenir e evitar o pior, ou seja, o ingresso de nossas crianças e adolescentes no universo das drogas e da violência.

No Brasil, embora sejam poucas as publicações e estudos que tratam sobre desenvolvimento e resultados do Programa, alguns apontam que o PROERD tem resultados positivos tanto em relação à autoestima, auto-cuidado e resistência à pressão dos colegas, quanto às perspectivas do jovem em relação ao uso de drogas (QUEIROZ, 2003). Para Dell'Antônia (1999, p. 39) “[...] no trabalho de prevenção ao uso de drogas, ao coibi-las, o PROERD contribui para prevenir a criminalidade, visto que cerca de 70% dos crimes estão relacionados direta ou indiretamente ao uso de drogas”.

Um estudo feito no Brasil em 2007 pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), em conjunto com pesquisadores do *Pacific Institute For Research Evaluation* (PIRE), dos EUA, fez uma análise dos resultados apresentados pelo PROERD quatro anos após a aplicação do currículo, no município de São Paulo. Neste estudo foram investigados, por meio de questionário, 5.713 alunos da 8ª série do ensino fundamental, em 61 escolas do município, encontrando-se resultados parecidos com os que foram verificados nas pesquisas com o DARE nos EUA.

O estudo apontou que o programa PROERD apresentou resultados parecidos, tanto para o grupo que havia recebido a instrução do programa, quanto para o grupo que não havia recebido a mesma instrução. Porém, um impacto positivo nos fatores de riscos demonstrou que é mais provável que os alunos do programa PROERD do que os alunos que não receberam a instrução considerem o álcool e o uso de drogas como prejudicial à saúde (JOHNSON et al., 2008).

Uma política pública como esta, para que dê certo e produza resultados como tratado anteriormente, demanda a participação de diversos setores da sociedade. Salm (2007, p. 243) descreve assim esse envolvimento:

Participação do Governo: este participa por meio da Polícia Militar, que recebe treinamento adequado e atua com foco na prevenção e na mudança de comportamento. Participação ativa da comunidade: participam a escola, as crianças e os pais; todos, cada um a sua maneira, atuam em conjunto para auxiliar a promoção de atitudes positivas com relação às drogas e à violência.

Já existe a consciência de que as ações preventivas ao uso e abuso de drogas são o caminho mais eficaz para minimizar a problemática e deve envolver a todos. O PROERD é uma iniciativa da Polícia Militar, mas não pode ser visto isoladamente como uma ação só da polícia. Ele está calcado em uma parceria entre Escola, Polícia Militar, Família e Sociedade.

2.5 Política x Prevenção x PROERD

A implementação de uma política pública consiste em fazê-la sair do papel e colocá-la em prática. Essa é uma tarefa árdua, pois depende dos mais diversos atores envolvidos no processo de sua execução.

No caso da Política Nacional sobre Drogas, que envolve os mais diferentes níveis de governo – federal, estadual e municipal – a construção dessa política levou em consideração que este não é um problema pontual de uma cidade, mas um problema nacional. A partir dessa percepção, a integração entre os mais diversos setores governamentais é de grande importância para que a política pública tenha êxito.

Sabendo que são diversos os fatores que causam os problemas com o abuso de drogas, uma ação isolada não é suficiente. Na exposição das estratégias de prevenção, é preciso avaliar que somente as palavras e as informações não bastam. Tem que se buscar uma execução eficiente da política.

Acerca da complexidade da implementação de uma política pública de combate às drogas, Morais (2005, p. 255) afirma que qualquer

[...] política relativa às drogas deve considerar a complexidade do fenômeno ao elaborar leis, ações e programas. Para se interferir em algum aspecto do fenômeno, deve-se utilizar o meio adequado. Nenhuma lei, por mais complexa e severa, nenhum programa preventivo, por mais racional e sedutor, são suficientes para resolver os diversos problemas relacionados às drogas. Deve-se, primeiro, definir o alvo da ação: reduzir o consumo de drogas em geral, o consumo em adolescentes, a violência do tráfico, o uso compulsivo, atenuar o abuso ou elevar o preço da droga? Cada uma dessas metas demanda instrumentos específicos.

Os itens 1.1.1 e 1.1.4 da resolução que institui a Política Nacional sobre drogas orientam que a execução da política de prevenção

[...] deve ser descentralizada nos municípios, com o apoio dos Conselhos Estaduais de políticas públicas sobre drogas e da sociedade civil organizada, adequada às peculiaridades locais e priorizando as comunidades mais vulneráveis, identificadas por um diagnóstico. Para tanto, os municípios devem ser incentivados a instituir, fortalecer e divulgar o seu Conselho Municipal sobre Drogas. As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, o fomento do protagonismo juvenil, da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações (BRASIL, 2005).

Como pode ser observado no texto, os programas de prevenção realizados pelo governo tem demonstrado algumas mudanças concernentes ao discurso sobre drogas. Tem-se valorizado a questão emocional da criança e do adolescente, incentivando-os à prática de esportes e da cultura. Até pouco tempo atrás, eram comuns campanhas que informavam apenas os malefícios das drogas, principalmente as ilícitas; porém, programas atuais têm sido direcionados para que o indivíduo busque também uma melhor qualidade de vida.

O PROERD, nessa perspectiva, integra as ações de prevenção da Política Nacional sobre Drogas quando valoriza não apenas a informação sobre os danos causados pelas drogas, mas também quando trabalha a interação dos

instrutores policiais com os alunos, orientando estes a decidirem pela vida. Isso se dá por meio da inserção de novas atividades que valorizem a criatividade. O PROERD é um importante programa, pois trabalha a prevenção e educação juntas, neste cenário o ambiente escolar é propício para novas ideias e informações e o aluno está aberto para isso. Com uma linguagem acessível às faixas etárias a que se destina, o PROERD é aplicado por meio de atividades interativas que são projetadas para estimular o aluno a ser formador de opinião, influenciando a comunidade em que vive.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa possui natureza qualitativa por não valorizar essencialmente dados estatísticos. Para Triviños (1987, p. 65) “[...] a pesquisa qualitativa preocupa-se com processo e não só com os resultados, além de permitir estudar o caso em profundidade”. Como técnicas de coleta de dados foram utilizadas o questionário (como pesquisa com dados quantitativos, no entanto, preocupada com a abordagem qualitativa de análise), e a consulta a documentos e textos relacionados ao assunto.

Na análise dos resultados foi utilizada a análise do conteúdo. De acordo com Zanella (2009, p. 126) “[...] a análise de conteúdo trabalha com materiais textuais escritos, tanto textos que são resultados do processo de pesquisa, como as transcrições de entrevista e os registros das observações, como textos que foram produzidos fora do ambiente de pesquisa”.

A análise se deu, portanto, a partir de dados coletados por meio de questionários aplicados aos alunos e professores, pesquisas bibliográficas em documentos da Polícia Militar relacionados ao PROERD, documentos extraídos da internet, revistas e livros. É importante destacar que essas classificações não podem ser consideradas de forma rígida, já que muitas vezes, as pesquisas

“não se enquadram facilmente num ou noutro modelo” (GIL, 2007 apud ZANELLA, 2009, p.82).

4 ANÁLISE DOS DADOS

No dizer de Rudio (2000), esta fase sucede a de coleta dos dados e pode ser definida como o processo de exame e compreensão das informações obtidas.

Para Gil (2007) a análise dos dados visa organizá-los e sintetizá-los de maneira tal que traga respostas aos questionamentos propostos para a investigação. Ao mesmo tempo, a interpretação procura extrair o máximo destas informações, explorando profundamente cada resposta, usando para tanto, o cruzamento destas com outras informações disponíveis sobre o tema.

Conforme referido nos objetivos, esta pesquisa teve como intenção analisar os impactos do PROERD na Política Pública sobre Drogas no Município de Águas Lindas de Goiás. Para tanto, foram elaborados questionários direcionados a alunos e professores. Para os alunos, foram escolhidos dois colégios estaduais (Colégio Estadual Águas Lindas e Colégio Estadual Maria do Carmo) que ministram aula a partir do 6º ano do ensino fundamental, justamente pela necessidade de se entrevistar estudantes que porventura já tinham sido atendidos pelo Programa. O questionário para os professores foi aplicado na Escola Municipal Darcy Ribeiro pelo fato do PROERD no município ser aplicado em escolas municipais para alunos do 5º ano.

4.2 Desenvolvimento da Pesquisa – Alunos

As drogas têm se colocado como um verdadeiro obstáculo na vida dos jovens e adolescentes que procuram aprimorar seus ensinamentos e conhecimentos nas escolas. A comercialização e o consumo de drogas nas regiões próximas às instituições de ensino prejudicam o desenvolvimento dos

jovens, possibilitando a eles terem contato muito cedo com drogas lícitas e ilícitas.

A pesquisa realizada nas escolas foi aplicada a 36 alunos do sexo masculino e feminino com idades entre 11 e 15 anos, e aponta que cerca 60% (21 alunos) declaram “conhecer o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD”.

Tabela 1 – Universo quantitativo de alunos entrevistados

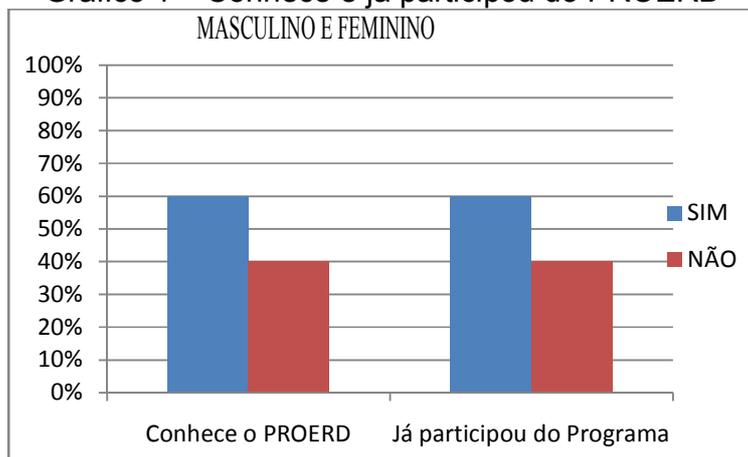
Sexo	Quantidade	%
Feminino	16	45%
Masculino	20	65%
Total	36	100%

Fonte – Questionário aplicado durante a pesquisa

Para as entrevistas foram elaboradas perguntas relacionadas ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, bem como questões referentes ao uso de drogas. É importante salientar que os percentuais apresentados nos gráficos abaixo correspondem ao total das respostas válidas, sendo computadas as respostas “sim”, “não” ou “parcialmente”.

Quando perguntados se já participaram do Programa, o percentual de respostas afirmativas é o mesmo daqueles que responderam conhecer o programa. Pôde ser observado que, nesse caso, só conhece o Programa quem dele participou, os 40% que declaram não conhecer o PROERD, não participaram dele, conforme demonstra o gráfico 1.

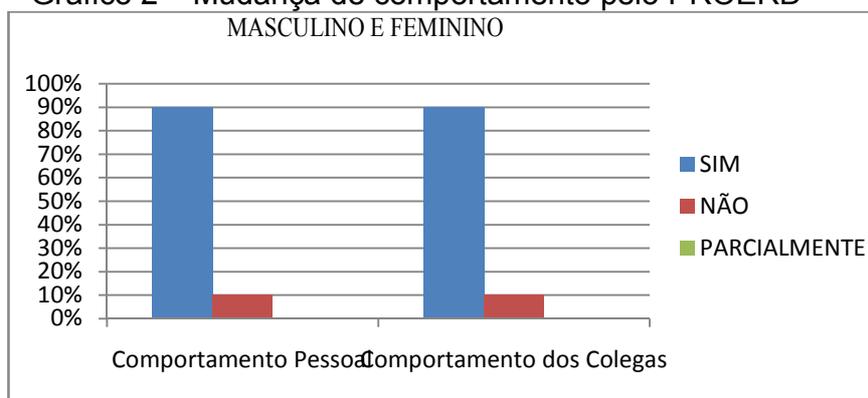
Gráfico 1 – Conhece e já participou do PROERD



Fonte: Questionário do pesquisador

Quando indagados sobre a mudança de seu comportamento e de seus colegas quanto ao respeito a si mesmo e aos outros, depois de participar do PROERD; a pesquisa aponta dados idênticos ao item anterior, mostrando que 10% não mudaram ou perceberam mudança de comportamento e 90% notaram que houve mudanças em seu comportamento e no de seus colegas após a participação, conforme apresenta o gráfico 2.

Gráfico 2 – Mudança de comportamento pelo PROERD



Fonte: Questionário do pesquisador

A lição do PROERD tem como principal objetivo fazer com que os jovens aprendam um pouco sobre as drogas e não se envolvam com elas. De acordo com os dados apurados, todos que não participaram do Programa gostariam de ter recebido esse tipo de orientação.

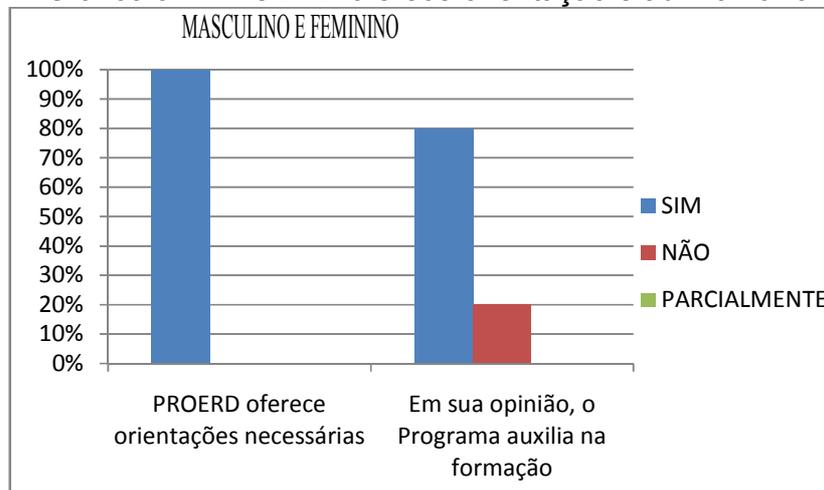
Segundo pesquisas sobre Drogas e Juventude, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a escola possui um espaço importante para contribuir na redução do consumo de drogas e da violência entre os jovens. A capacitação de pais e professores é de suma importância para evolução e crescimento dos programas como o apresentado na pesquisa.

Em acordo com essa perspectiva, ao se analisar a pergunta: “Você acredita que o programa lhe ofereceu informações e orientações que ajudaram a decidir não fazer uso de drogas lícitas ou ilícitas”, o percentual de respostas afirmativas foi de 100%.

Além disso, na opinião de 80% dos entrevistados, o programa auxilia na formação das crianças e adolescentes quanto às noções básicas de cidadania como prevenção ao uso de drogas, sendo que somente 20% pensam que o programa não auxilia ou é ineficiente, conforme demonstra o gráfico 3.

A partir destes dados, certamente fica caracterizado que o programa auxilia na formação e conscientização dos jovens e adolescentes e que é de suma importância o aprimoramento e ampliação das bases deste programa.

Gráfico 3 – PROERD oferece orientação e auxilia na formação



Fonte: Questionário do pesquisador

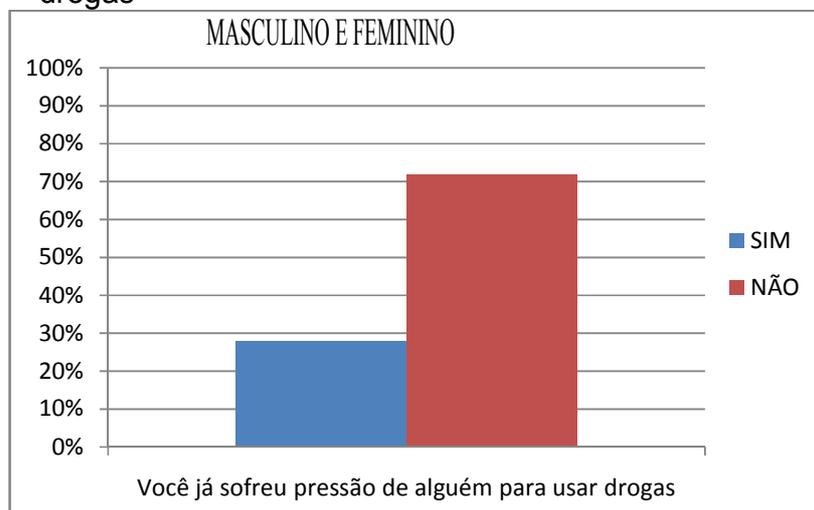
Entre os fatores destacados que causam nos jovens a necessidade de consumir drogas estão a influência dos amigos e a necessidade própria do jovem de transgredir barreiras e ordens. Por outro lado, a família incentiva o consumo do álcool em casa ao acreditar ser melhor deixá-lo beber em sua presença, por crer controlar a quantidade e evitar o consumo na rua.

Desse modo, não se pode deixar de considerar que a droga lícita geralmente é a porta de entrada para outros tipos de drogas, portanto a propaganda de cerveja, bebidas, cigarros e outros influenciam fortemente.

Existem diversos motivos que podem levar um jovem a consumir drogas, mas certamente, a curiosidade e a influência dos amigos estão nos primeiros lugares.

É típico do jovem querer experimentar tudo o que é novo, diferente, e é muito comum que ele tente provar. A pesquisa apontou que 28% dos estudantes já sofreram pressão de alguém para usar drogas, enquanto 72% responderam não terem sofrido qualquer tipo de pressão para usar drogas, conforme se verifica no gráfico 4.

Gráfico 4 – Percentual dos que já sofreram pressão para uso de drogas

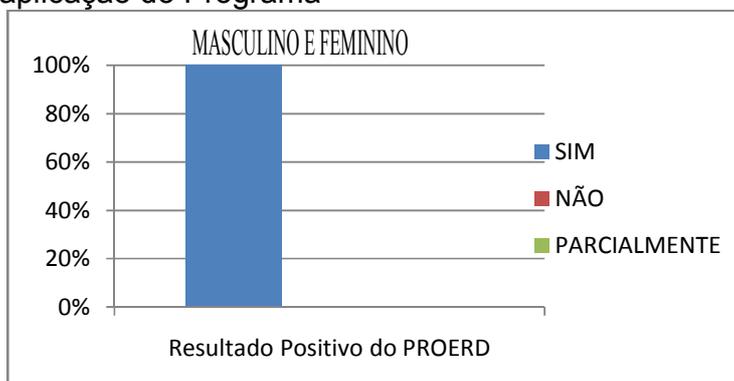


Fonte: Questionário do pesquisador

Levando em consideração que o objetivo do PROERD é prevenir ou reduzir o uso de drogas e a violência entre crianças e adolescentes, quando questionados se consideram o resultado da aplicação do PROERD na escola de seu município como positivo, 100% dos entrevistados responderam que sim. Isto demonstra a eficácia do Programa na busca pela conscientização de que o melhor é viver sem drogas e que todos da comunidade ganham quando uma criança ou adolescente, através da implantação de uma política pública, decide pela vida sem drogas e sem violência.

Os dados sobre o resultado da aplicação do PROERD podem ser conferidos no gráfico 5 a seguir apresentado.

Gráfico 5 – Percentual dos que consideram como positiva a aplicação do Programa

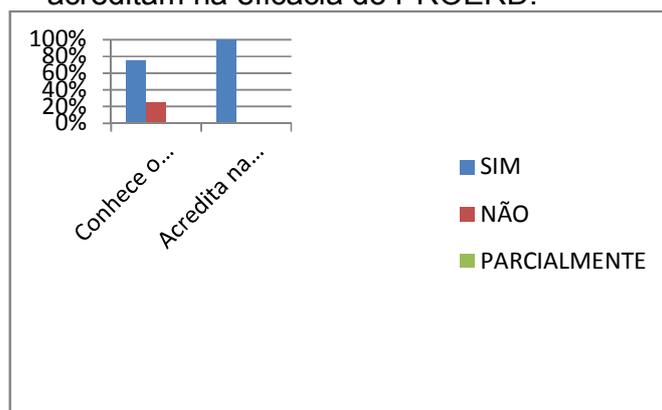


Fonte: Questionário do pesquisador

4.3 Desenvolvimento da Pesquisa – Professores

Em relação ao questionário dos professores, foram entrevistados 08 (oito) integrantes do corpo técnico-pedagógico (professores e orientadores). Considerando-se todos como professores, pode-se entender que, em relação ao conhecimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, 75% conhecem o Programa e 25% não conhecem, vide gráfico 6.

Gráfico 6 – Proporção de professores com conhecimento e que acreditam na eficácia do PROERD.

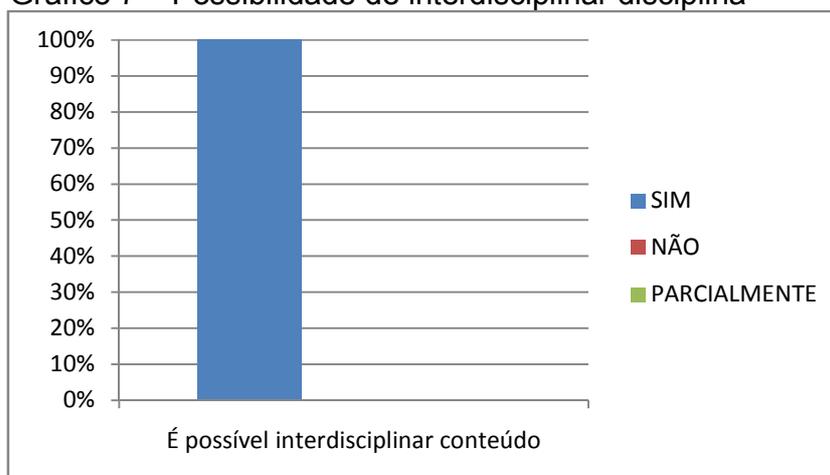


Fonte: Questionário do pesquisador

Ainda, conforme gráfico 6, se verifica também que a credibilidade quanto à eficácia do Programa é total, pois 100% dos professores que conhecem o Programa acreditam que este possa surtir algum efeito na prevenção contra o uso de drogas.

Chamou atenção o fato de todas as respostas dos professores serem extremamente positivas em relação ao PROERD. Levando em consideração que o Programa é aplicado em escolas, e que o professor é peça fundamental no desenvolvimento das atividades escolares e que dele também depende o sucesso do PROERD, quando indagados sobre a possibilidade interdisciplinar – que se abre a partir da integração do conteúdo do programa com as demais disciplinas do currículo formal - todos assinalaram sim para essa possibilidade, conforme demonstra o gráfico 7.

Gráfico 7 – Possibilidade de interdisciplinar disciplina



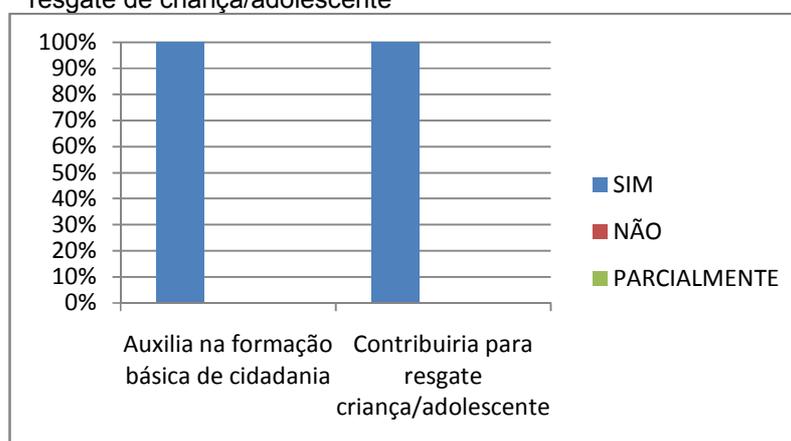
Fonte: Questionário do pesquisador

Quando perguntados se o programa auxilia na formação das crianças quanto às noções básicas de cidadania, como prevenção ao uso de drogas, 100% dos entrevistados acredita que o PROERD auxilia nessa formação. Por meio das respostas, é possível depreender que o Programa tem alcançado um dos seus objetivos que é, não apenas informar sobre drogas aos alunos,

mas formar cidadãos conscientes e capazes de decidir o que é melhor para suas vidas.

Quando os professores são questionados se o PROERD contribuiria para o resgate da criança ou adolescente que porventura já tenha ingressado em grupos de risco (aqueles que usam frequentemente drogas), novamente os docentes dão um voto de confiança e todos respondem que o Programa contribui para esse resgate, conforme gráfico 8.

Gráfico 8 – O PROERD auxilia na formação de cidadania e contribui para o resgate de criança/adolescente



Fonte: Questionário do pesquisador

Pode-se perceber, portanto, que os professores acreditam que o PROERD contribui de alguma maneira para conscientizar a criança ou adolescente quanto aos problemas em participar de um grupo de risco.

5 CONCLUSÃO

O Programa não tem como meta principal pôr fim a toda e qualquer ocorrência com drogas na escola ou propor que os usuários deixem de existir, sua meta é diminuir a probabilidade de o jovem envolver-se de maneira indevida com o uso de drogas. Por intermédio projeto, o aluno tem a oportunidade de

conhecer os malefícios que as drogas produzem e a partir daí decidir sobre o que é melhor para si.

Quando uma criança ou adolescente tem a orientação para desenvolver sua identidade e são incentivados na busca da cidadania e responsabilidade social, é provável que estejam sendo retirados da marginalidade, do submundo do crime, da prostituição e da violência, o que é benéfico para eles e para toda a sociedade.

A pesquisa revelou que a proposta do Programa tem alcançado êxito quando alunos respondem que mudaram seu comportamento após sua aplicação, que lhes ofereceu informações básicas de cidadania como prevenção ao uso de drogas.

Outro aspecto positivo apontado é a integração da família no contexto escolar quando, por exemplo, é convidada a participar da formatura dos “proerdianos” – como são chamados aqueles que participam do Programa.

A tarefa de prevenção requer tempo, vontade e determinação. Portanto, com a finalidade de contribuir com uma cultura contra violências e uso de drogas, o PROERD não tem como foco apenas os resultados imediatos, mas, objetiva um trabalho em longo prazo, visto que a criança bem orientada hoje será um adulto responsável amanhã.

Este adulto, cômico de seus direitos e deveres como cidadão de bem, pautando seu caminho pelo respeito a si mesmo e ao próximo, dará testemunho de que toda orientação, voltada para o bem, produz efeitos e tem toda a chance de alcançar bons resultados.

Vale ressaltar que apareceu durante a pesquisa a sugestão da inserção do PROERD no Ensino Médio, com métodos apropriados para este público.

Diante de todo o exposto, pode-se afirmar que o impacto do PROERD na Política Pública sobre drogas no Município de Águas Lindas é positivo é que se faz necessária a realização de outras pesquisas que possam aprofundar o conhecimento sobre os métodos utilizados pelo Programa, inclusive sobre os enfoques que poderiam recair na discussão sobre o projeto de vida dos alunos e da sociedade, além das consequências do abuso de drogas como a doença e a violência.

REFERÊNCIAS

ALBERTANI, Helena M. B.; SCIVOLLETTO, Sandra; ZEMEL, Maria de Lurdes S. Secretaria Nacional Antidrogas/Ministério da Justiça-**1º Curso de Capacitação da Oferta e da Redução da Oferta e da Demanda de Drogas**: Textos de Apoio. Brasília, 2004.

BLIN, Jean-François. **Classes Difíceis**: ferramentas para prevenir e administrar os problemas escolares. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

BRASIL. **Conselho Nacional Antidrogas, resolução N°3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005**. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/326979.pdf>> Acessado em 2 mar 2012.

CARLINI, E. A., GALDURÓZ, José Carlos, NOTO, Ana Regina, NAPPO, Solange A., CARLINI-COTRIM, Beatriz. **Drogas – estranhando o óbvio**. In: ABRAMO, Helena Wendel, FREITAS, Maria Virginia e SPOSITO, Marília Pontes (Orgs.). Juventude em Debate. São Paulo: Cortez, 2000.

CONSTANTINO, Gelson Luiz. **O que é o Proerd**. Polícia Militar do Paraná, 2007.

CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Escola Paulista de Medicina, Departamento de Psicobiologia. **Livreto Informativo sobre drogas Psicotrópicas**. São Paulo, 2004.

CEBRID. **Resultados da pesquisa de avaliação sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd. Boletim CEBRID nº 57, 2008.** Disponível em: <<http://200.144.91.102/sitenovo/conteudo.aspx?cd=636>> Acessado em 28 fev 2012.

DELL'ANTÔNIA, Valberto. **A implantação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência pela PMSC (PROERD).** Florianópolis: USSC, 1999. Monografia (Especialização em Segurança Pública). Universidade do Sul de Santa Catarina, 1999.

FRANZEN, Jaison Aurelián. **O desenvolvimento sustentável através de ações sociais: PMSC e o PROERD - um estudo de caso.** 2004. 86 f. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Estágio) - Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas.** Ed. Atlas – São Paulo, 2002.

JOHNSON, K. W. et al. **Avaliação DARE (PROERD): um acompanhamento de quatro anos em São Paulo, Brasil,** Monografia, São Paulo: CEBRID, 2008.

MORAIS, Paulo César de Campos. **Drogas e Políticas Públicas.** 2005. 306 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas Gerais.

OBID – Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas. **VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio.** Disponível em <<http://www.obid.senad.gov.br>> Acesso em: 08/03/2012

OLIVEIRA, Jusciley I. F. de. **A Inserção do Proerd no Ensino Médio.** 2008 118 f. Trabalho Técnico-Científico Profissional (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Polícia Militar do Distrito Federal.

QUEIROZ, S. **Avaliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).** Monografia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RIBEIRO, Wânier. **Drogas na Escola.** 1ª Edição, São Paulo: Annablume, 2005.
RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de pesquisa científica.** Petrópolis: Vozes, 2000.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas** / Maria das Graças Rua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.130p. : il.

SALM, José Francisco. **Co-produção do Bem público e o Desenvolvimento da Cidadania**: o Caso do Proerd em Santa Catarina. Alcance – Univali. Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 231-246, mai/ago. 2007.

SANCHEZ, Amauri M. T. **Drogas e drogados**: o indivíduo, a família, a sociedade. 2. ed. São Paulo: EPU, 1982.

SANTANDER, Elismar. **Em defesa da vida**: um programa de prevenção contra o uso de drogas na escola, na família e na comunidade. São Paulo: Paulus, 2003.

SIQUEIRA, Maria José. **A Prevenção e a Escola**: discurso e prática. Contradições e caminhos. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. In Sociologias nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

TIBA, Içami. **Quem Ama, Educa**. São Paulo: Editora Gente, 104ª Edição, 2002.
TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIZZOLTO, Maria Salete. **A Droga**: A escola e a prevenção. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração** / Liane Carly Hermes Zanella. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.164p. : il.